

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**

**VOTO GC-7**

**PROCESSO:** TCE-RJ nº 300.373-5/19  
**ORIGEM:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ASSUNTO:** PROPOSTA

**PROPOSTA DO REGULAMENTO DO V  
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE  
CARGOS DE ANALISTA DE CONTROLE  
EXTERNO. INTERDISCIPLINARIEDADE DA  
CARREIRA. ADEQUAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE  
VAGAS PELAS ESPECIALIDADES. APROVAÇÃO.**

Trata-se da realização do V Concurso Público para o provimento de cargos da carreira de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

A realização do concurso público e a instituição da Comissão Organizadora foram autorizadas pela Resolução TCE-RJ nº 332, de 13 de março de 2019, aprovada por decisão do Conselho Superior de Administração prolatada na mesma data.

De acordo com a referida Resolução, o concurso público visa ao provimento de 40 (quarenta) cargos efetivos da carreira de Analista de Controle Externo que se tornaram vagos após a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 159/17. Outrossim, o normativo autoriza a instituição da Comissão Organizadora, com as atribuições de (i) elaborar a proposta de Regulamento do concurso; (ii) acompanhar as fases e etapas do certame; e (iii) emitir parecer quanto à homologação e ao resultado final do concurso.

A Comissão Organizadora do V Concurso Público foi constituída pelo Ato Executivo nº 22.528, de 29 de março de 2019, sendo integrada por este Conselheiro-Relator, na qualidade de Presidente, pelo Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren, pela Secretária-Geral de Controle Externo, Talita Dourado Schwartz, pelo servidor Márcio Huguenin Dutra França e pelo procurador Rodrigo Benício Jansen Ferreira, na qualidade de membros.

Em 16/04/2019, designei servidor de meu Gabinete para me assessorar nos trabalhos da Comissão Organizadora, sem prejuízo das suas funções atualmente exercidas.

Durante a execução dos trabalhos, foram realizadas três reuniões da Comissão Organizadora, nos dias 08/04/2019, 07/05/2019 e 13/05/2019, com o objetivo de traçar as diretrizes e definir as ações necessárias para a abertura do certame, além de deliberar quanto à proposta de Regulamento a ser submetida à aprovação do Conselho Superior de Administração.

#### **É o Relatório. Passo ao meu Voto.**

Submeto à apreciação deste Conselho Superior de Administração a proposta do Regulamento do V Concurso Público para o preenchimento de 40 (quarenta) vagas do cargo da carreira de Analista de Controle Externo – Área Controle Externo, cuja realização foi autorizada pela Resolução TCE-RJ nº 332, de 13 de março de 2019.

A proposta de Regulamento é fruto dos trabalhos realizados pela Comissão Organizadora constituída pelo Ato Executivo nº 22.528, de 29 de março de 2019, e dispõe sobre as regras básicas do concurso, servindo como diretriz para a futura elaboração do Edital de abertura do certame. Saliento que uma primeira versão da minuta do Regulamento foi por mim apresentada na 2ª Reunião da Comissão Organizadora e, após a incorporação de sugestões feitas pelos demais membros, chegou-se à proposta acostada em anexo a este Voto, **salvo no que se refere à distribuição das vagas pelas diversas especialidades da carreira de Analista de Controle Externo**, que não foram objeto de deliberação pela Comissão.

Em linhas gerais, o Regulamento ora proposto trata do quantitativo de vagas ofertadas por especialidade do cargo de Analista de Controle Externo, da reserva de vagas previstas por lei (cotas), do prazo de validade e das etapas do concurso (provas e avaliação de títulos), dos requisitos para o ingresso na carreira, das inscrições, dos critérios de desempate, dos recursos, do resultado final e homologação, das convocações, da lotação dos futuros servidores, dos impedimentos de participação na organização e realização do concurso, bem como das atribuições da instituição especializada a ser contratada pelo Tribunal para a execução do certame.

Por pertinente, faço, a seguir, alguns destaques quanto às principais regras constantes da proposta de Regulamento que ora apresento.

Inicialmente, com relação ao quantitativo de vagas ofertadas por especialidade do cargo de Analista de Controle Externo, destaco a manifestação da Secretária-Geral de Controle Externo que, às fls. 17/26, apresenta estudo quanto às áreas de atuação da SGE com carência a ser suprida no concurso público vindouro, fazendo proposta para a distribuição das 40 (quarenta) vagas, considerando as especialidades previstas na Resolução TCE-RJ nº 249/06.

Segundo a SGE, as necessidades imediatas para a unidade seriam: (i) 2 vagas para a especialidade Administração em Saúde; (ii) 2 vagas para a especialidade Ciências Atuariais; (iii) 9 vagas para a especialidade Ciências Contábeis; (iv) 12 vagas para a especialidade Controle Externo; (v) 8 vagas para a especialidade Direito; e (vi) 7 vagas para a especialidade Tecnologia da Informação.

Quanto à proposta formulada pela SGE, entendo necessário fazer um pequeno ajuste no tocante às especialidades Administração em Saúde e Ciências Atuariais. Não obstante reconheça a relevância da atuação de profissionais com tais formações, que, aliás, encontram-se previstas na Resolução TCE-RJ nº 249/06, entendo que as necessidades da SGE podem ser supridas por servidores de outras especialidades capacitados nas áreas de gestão em saúde e de atuária, seja por meio da concessão de bolsas de estudo de pós-graduação a servidores que já integram atualmente a carreira de Analista de Controle Externo,

seja por meio de cursos regularmente oferecidos pela Escola de Contas e Gestão deste Tribunal.

Nesse particular, ressalto que, em Sessão de 15/05/2019, o Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão aprovou edital de processo seletivo para a concessão de bolsas de estudo, com reembolso de 100%, para cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado), entre outras, nas áreas de Ciências Atuariais, de Gestão em Saúde, de Saúde Pública e de Saúde Coletiva. Outrossim, é certo que a ECG empreenderá ações para a capacitação dos atuais e futuros servidores nas áreas de interesse de atuação deste Tribunal, notadamente em saúde e em atuária, permitindo a necessária qualificação do Quadro de Pessoal da SGE para o exercício de seu mister.

Além disso, sob o prisma das funções de governo fiscalizadas por esta Corte, não vejo razões para privilegiar a área da saúde, por exemplo – em que pese sua extrema relevância para a sociedade –, em detrimento de outras áreas igualmente fundamentais, como a educação e a segurança pública. **Em verdade, a meu ver, considerando o caráter interdisciplinar da atuação finalística do TCE-RJ, a perpassar as mais diversas áreas do conhecimento, as vagas que, segundo a proposta da SGE, seriam ofertadas para as especialidades Administração em Saúde e Ciências Atuariais devem ser revertidas para a especialidade Controle Externo**, de modo que esses 4 (quatro) cargos sejam preenchidos por candidatos com formação em qualquer área, ampliando-se, assim, a competitividade do certame.

**Por essas razões, divirjo, em parte, da proposta da SGE, distribuindo as 40 (quarenta) vagas do cargo de Analista de Controle Externo entre as seguintes especialidades: (i) Ciências Contábeis (9 vagas); (ii) Controle Externo (16 vagas); (iii) Direito (8 vagas); e (iv) Tecnologia da Informação (7 vagas), tal como consta na proposta de Regulamento que ora apresento.**

Prosseguindo, com relação ao prazo de validade, houve consenso no âmbito da Comissão Organizadora no que se refere ao planejamento de uma política regular de realização de concursos com prazos curtos, com número de

vagas reduzido e validade de, no máximo, 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período. Assim, foi fixado o prazo de validade de 6 (seis) meses na proposta de Regulamento, que pode ser prorrogado uma única vez por igual período.

Outro tópico que merece destaque diz respeito às etapas do concurso, que será composto de provas objetiva (conhecimentos básicos e específicos) e discursiva (questões sobre conhecimentos básicos e específicos e peça de natureza técnica envolvendo conhecimentos específicos), ambas de caráter classificatório e eliminatório, além de avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório.

Restou definido, nas reuniões da Comissão, que a atribuição da pontuação de títulos não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) dos pontos máximos definidos para o somatório das provas objetiva e discursiva, diferentemente do Edital do IV Concurso Público (ano de 2012), no qual o limite foi de 10%. Ademais, ponderou-se que os títulos avaliados devem guardar pertinência com a especialidade do cargo e corresponderão à formação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* somente, conforme os pesos que serão previstos no futuro Edital de abertura do concurso.

A minuta também prevê regras para as reservas de vagas previstas nas Leis Estaduais nº 2.298/94, nº 6.067/11, nº 7.747/17, e respectivas alterações, contemplando cotas para candidatos portadores de deficiência, candidatos negros e índios e candidatos com hipossuficiência econômica, que comprovem se enquadrarem nessas condições, nos termos a serem definidos no Edital de abertura do certame.

Quanto aos requisitos para o ingresso na carreira, a proposta de Regulamento reproduz as exigências constitucionais e legais para acesso a cargos públicos, além dos requisitos específicos constantes da Lei Estadual nº 4.787/06 para o cargo de Analista de Controle Externo. Os critérios gerais a serem observados para as inscrições (modo, local, isenção de taxa, condições especiais para a realização de provas etc.) também foram abordados na proposta, sem prejuízo do seu detalhamento por ocasião da elaboração do Edital de abertura do concurso pela instituição especializada a ser contratada pelo Tribunal.

A outro giro, a proposta de Regulamento dispõe acerca dos critérios de desempate que deverão ser observados no Edital vindouro, em atendimento às exigências legais e conforme as tratativas empreendidas na 3ª Reunião da Comissão Organizadora. Também prevê as hipóteses em que serão admitidos recursos em face de atos praticados durante as etapas do concurso, os quais deverão ser dirigidos e julgados por comissão constituída pela instituição contratada pelo Tribunal para a execução do certame, na forma a ser definida no Edital.

Do mesmo modo, foram previstas regras gerais quanto ao resultado final, à homologação do concurso e à convocação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas, com destaque para a necessária transparência de todos os resultados do certame, que deverão ser publicados, no mínimo, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgados no Portal deste Tribunal na rede mundial de computadores. Sobreleva anotar que, segundo consta do Regulamento ora proposto, o candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos exigidos para a investidura será posicionado ao final da lista de aprovados (“fim de fila”), ensejando a convocação do próximo candidato classificado, e não a sua eliminação do certame.

Avançando, outro ponto a ser ressaltado é a exigência, disposta na proposta de Regulamento, no sentido de que os servidores admitidos no concurso público sejam lotados somente nas unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo até o integral cumprimento do período de estágio probatório de 3 (três) anos, regra esta que também constava do concurso realizado no ano de 2012.

Saliento que, na forma do Regulamento proposto, à semelhança do último concurso público realizado para o cargo de Analista de Controle Externo (2012), o início do estágio probatório consistirá em participação no Programa de Formação dos Novos Servidores, a ser ministrado pela Escola de Contas e Gestão, à qual caberá definir os procedimentos necessários à operacionalização da referida capacitação.

Por fim, a proposta de Regulamento trata das atribuições da instituição a ser contratada para a realização do concurso – servindo, nesse aspecto, como

uma espécie de termo de referência a balizar a futura contratação –, bem como dos impedimentos aplicáveis às pessoas que participem da organização e da execução do concurso, sejam elas integrantes da Comissão Organizadora, e seus assessores, sejam elas da instituição que será contratada.

Dessa forma, considerando que a proposta de Regulamento se encontra em conformidade com as regras constitucionais e legais aplicáveis à realização de concursos públicos, submeto-a à aprovação deste Conselho Superior de Administração para que, assim, a Comissão Organizadora possa dar prosseguimento aos demais atos preparatórios para a realização do certame.

*Ex positis*, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com a proposta da SGE, residindo a minha parcial divergência na supressão de vagas para as especialidades Administração em Saúde e Ciências Atuariais, revertendo-as para a especialidade Controle Externo, todas do cargo de Analista de Controle Externo, e

**VOTO:**

Pela **APROVAÇÃO** do Regulamento do V Concurso Público para o provimento de cargos da carreira de Analista de Controle Externo, conforme o texto que segue anexo a este Voto.

Conselho Superior de Administração,  
GC-7, em 22 / 05 / 2019.

**RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**  
Relator

# **REGULAMENTO DO V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DAS CARREIRAS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, constituída pelo Ato Executivo nº 22.528, de 29 de março de 2019, no exercício de suas atribuições, com fulcro na Resolução TCE-RJ nº 332, de 13 de março de 2019, torna público o REGULAMENTO do V Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

## **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O concurso será regido por este Regulamento e pelo respectivo Edital, a ser oportunamente publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgado no Portal deste Tribunal na rede mundial de computadores.

Art. 2º O concurso será organizado e realizado por instituição especializada, contratada pelo Tribunal para esse fim, e coordenado pela Comissão Organizadora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º O prazo de validade do concurso será de 6 (seis) meses, contados a partir da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Tribunal.

## **DAS VAGAS**

Art. 4º Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas para ingresso no cargo da carreira de Analista de Controle Externo - Área de Controle Externo, nas especialidades Ciências Contábeis, Controle Externo, Direito e Tecnologia da Informação, regidos pela Lei Estadual nº 4.787/06, pelo Decreto-Lei nº 220/75, pelo Decreto nº 2.479/79 e pela Resolução TCE-RJ nº 249/06.

Art. 5º Será observada a reserva de vagas a candidatos portadores de deficiência, candidatos negros e índios e candidatos com hipossuficiência econômica, em obediência ao disposto nas Leis Estaduais nº 2.298/94, 6.067/11, 7.747/17, e respectivas alterações, e nos termos deste Regulamento.

Art. 6º As vagas ofertadas para cada especialidade, observada a reserva de vagas, será a seguinte:

<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Ampla concorrência</b>	<b>Portadores de deficiência</b>	<b>Negros e índios</b>	<b>Hipossuficientes economicamente</b>	<b>Total</b>
Analista de Controle Externo	Ciências Contábeis	6	1	1	1	9
Analista de Controle Externo	Controle Externo	11	1	2	2	16
Analista de Controle Externo	Direito	5	1	1	1	8
Analista de Controle Externo	Tecnologia da Informação	4	1	1	1	7



Art. 7º Poderão ser acrescidas às vagas existentes as que porventura surgirem durante a validade do concurso, uma vez observadas a dotação orçamentária, a reserva de vagas, a necessidade do serviço, bem como a conveniência e a oportunidade da Administração.

Art. 8º O provimento dos cargos mencionados no art. 4º visa à reposição das vacâncias ocorridas após a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal, em observância às disposições contidas na Lei Complementar nº 159/17.

## DAS ETAPAS DO CONCURSO

Art. 9º O concurso será composto pelas seguintes etapas:

I - prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório;

II - prova discursiva, de caráter classificatório e eliminatório;

III - avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório.

§ 1º O Edital do concurso definirá a pontuação mínima para não eliminação nas provas objetiva e discursiva, bem como o número de candidatos que terão suas provas discursivas corrigidas de acordo com a classificação obtida na primeira etapa.

§ 2º A atribuição de pontuação da avaliação de títulos e sua forma de comprovação serão definidas no Edital do concurso, não podendo ser superior ao limite de 5% (cinco por cento) dos pontos máximos definidos para o somatório das provas objetiva e discursiva.

§ 3º Os títulos a serem avaliados deverão ter pertinência com a especialidade do cargo e corresponderão à formação acadêmica em nível de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*).

Art. 10. A prova objetiva consistirá em duas partes:

I - conhecimentos básicos, relativos às disciplinas previstas no Edital de abertura do concurso;

II - conhecimentos específicos, relativos às disciplinas previstas no Edital de abertura do concurso.

Art. 11. A prova discursiva também consistirá em duas partes:

I - questões sobre as disciplinas relacionadas com conhecimentos básicos e específicos;

II - peça de natureza técnica sobre disciplina relacionada com conhecimentos específicos.

Parágrafo único. A prova discursiva será avaliada quanto à demonstração de conhecimento aplicado às disciplinas e à modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 12. O Edital de abertura do concurso definirá o conteúdo programático das disciplinas exigidas para cada especialidade do cargo de Analista de Controle Externo.

## DOS REQUISITOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA

Art. 13. São requisitos para o ingresso no cargo da carreira de Analista de Controle Externo:

I - ser aprovado e classificado no concurso público, na forma estabelecida neste Regulamento e no Edital;

II - ter nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436/72;

III - estar gozo dos direitos políticos e civis;

IV - estar em dia com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;

V - ter idade mínima de dezoito anos;

VI - ter concluído curso em nível superior específico, de acordo com a especialidade do cargo, ressalvada a especialidade Controle Externo, em que se admitirá curso de nível superior em qualquer área de formação;

VII - comprovar pelo menos 2 (dois) anos de prática profissional.

VIII - ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo e, no caso de pessoa portadora de deficiência, ter atestada a compatibilidade de suas restrições de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, com o exercício das funções;

IX - ter conduta pública e particular irrepreensível; não haver sido demitido, em qualquer época, do serviço público, nem registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício do cargo.

§ 1º Para fins de cumprimento do requisito mencionado no inciso VII, será considerada como prática profissional toda e qualquer atividade laborativa lícita, na iniciativa privada ou no setor público, sem restrição a respeito de nível de escolaridade ou conteúdo das tarefas desenvolvidas, observado o § 2º deste artigo.

§ 2º Não serão considerados como prática profissional o tempo de estágio, de monitoria, de programa de residência acadêmica e profissional, de pesquisa de iniciação científica, de bolsa de estudo ou de prestação de serviços como voluntário.

Art. 14. Não haverá qualquer restrição ao candidato que, no ato de sua inscrição no certame, não possuir os requisitos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 15. O candidato que não comprovar o cumprimento dos requisitos mencionados neste Regulamento e no Edital de abertura do concurso, na data definida para a posse, será posicionado ao final da lista dos classificados para eventual reconvocação durante o prazo de validade do concurso.

## DAS INSCRIÇÕES

Art. 16. O Edital do concurso definirá a indicação dos locais, horário e período das inscrições, o conteúdo programático exigido para as provas, o cronograma da seleção, a remuneração básica, as vantagens, as atribuições do cargo de Analista de Controle Externo e de suas especialidades, a jornada de trabalho, como também as regras gerais de participação no concurso e de realização das provas.

Art. 17. Somente será deferida isenção do pagamento da taxa de inscrição àqueles que comprovarem insuficiência de recursos, na forma prevista no Edital de abertura do concurso.

Art. 18. A inscrição será firmada pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes expressos, em cujo requerimento assinalará conhecer e se submeter às normas

do concurso, devendo ainda certificar-se do cumprimento de todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo.

Art. 19. Havendo necessidade de condições especiais para realização das provas, o candidato com deficiência ou aquele com necessidades especiais momentâneas deverá relacioná-las no ato da inscrição, sendo a solicitação analisada e atendida pela instituição executora do certame segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, nos termos do Edital de abertura do concurso.

#### **DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

Art. 20. As pessoas com deficiência, assim entendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e na Lei Estadual nº 2.298/94, alterada pela Lei Estadual nº 2.482/95, poderão concorrer às vagas especialmente reservadas aos candidatos nessa condição, totalizando 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada especialidade do cargo de Analista de Controle Externo, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo.

Art. 21. Se, na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas reservadas a cada especialidade, resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% do total de vagas.

Art. 22. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá atender aos critérios previstos no Edital de abertura do concurso para a comprovação dessa condição.

Parágrafo único. O candidato portador de deficiência poderá inscrever-se, concomitantemente, às vagas reservadas a candidatos negros e índios e/ou com hipossuficiência econômica, nos termos deste Regulamento.

Art. 23. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, se aprovado no concurso, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos nessa condição, por especialidade.

Art. 24. A reprovação do candidato na perícia médica ou o seu não comparecimento acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados, figurando apenas na lista de classificação geral.

Art. 25. Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoas com deficiência aprovados na perícia médica, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos por especialidade.

#### **DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS E ÍNDIOS**

Art. 26. O percentual destinado à reserva de vagas para negros e índios obedecerá aos critérios dispostos na Lei Estadual nº 6.067/2011.

Art. 27. Poderão inscrever-se para concorrer às vagas reservadas a candidatos negros e índios aqueles que assim se autodeclararem no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 28. Aos candidatos que se enquadrem na condição de negros ou índios, será reservada a cota de 20% (vinte por cento) das vagas, conforme o quantitativo

estabelecido neste Regulamento e no Edital para cada especialidade do cargo de Analista de Controle Externo.

Parágrafo único. Se o número de vagas ofertadas por especialidade for igual ou inferior a 20 (vinte), o percentual da reserva será de 10% (dez por cento).

Art. 29. Se da aplicação do percentual de reserva de vagas a candidatos negros e índios resultar número decimal igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor que 0,5 (cinco décimos), o número inteiro imediatamente inferior.

Art. 30. Para concorrer às vagas para negros e índios, o candidato deverá manifestar o desejo de participar do certame nessa condição, na forma a ser disposta no Edital de abertura do concurso.

Art. 31. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas caso não opte pela reserva de vagas.

Art. 32. O Edital de abertura do concurso disporá sobre os procedimentos e os documentos necessários para o candidato comprovar o direito à reserva de vagas para negros e índios, perante comissão constituída pela instituição contratada pelo Tribunal para a realização do certame.

Art. 33. O candidato negro ou índio, se aprovado no concurso, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos nessa condição, por especialidade.

Art. 34. Os candidatos negros ou índios portadores de deficiência poderão inscrever-se concomitantemente para as vagas reservadas a pessoas com deficiência, para as vagas reservadas a negros e índios e para as vagas reservadas para pessoas com hipossuficiência econômica.

Art. 35. Os candidatos aprovados para as vagas reservadas nos termos da lei, convocados concomitantemente por mais de uma via para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

Parágrafo único. Na ausência de manifestação, o candidato convocado será nomeado dentro das vagas destinadas a negros e índios.

Art. 36. O candidato cujo enquadramento na condição de negro ou índio seja indeferido figurará apenas na lista de classificação geral.

Art. 37. Não havendo candidatos negros ou índios aprovados, as vagas incluídas na reserva prevista no art. 28 serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

#### **DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Art. 38. O percentual destinado à reserva de vagas para candidatos com hipossuficiência econômica obedecerá aos critérios dispostos na Lei Estadual nº 7.747/17.

Art. 39. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos com hipossuficiência econômica aqueles que assim se autodeclararem no ato da inscrição no concurso público e comprovarem possuir renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Art. 40. Aos candidatos que se declararem hipossuficientes, será reservada a cota de 10% (dez por cento) das vagas por cargo, conforme o quantitativo estabelecido neste Regulamento e no Edital para cada especialidade do cargo de Analista de Controle Externo.

Art. 41. Se da aplicação do percentual de reserva de vagas a candidatos hipossuficientes resultar número decimal igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor que 0,5 (cinco décimos), o número inteiro imediatamente inferior.

Art. 42. Para concorrer às vagas reservadas a pessoas com hipossuficiência econômica, o candidato deverá manifestar o desejo de participar do certame nessa condição, na forma a ser disposta no Edital de abertura do concurso.

Art. 43. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas caso não opte pela reserva de vagas.

Art. 44. O Edital de abertura do concurso disporá sobre os procedimentos e documentos necessários para o candidato comprovar o direito à reserva de vagas para pessoas com hipossuficiência econômica, perante a instituição contratada pelo Tribunal para a realização do certame.

Art. 45. O candidato com hipossuficiência econômica, se aprovado no concurso, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos nessa condição, por especialidade.

Art. 46. Os candidatos com hipossuficiência econômica que se enquadrem em outras hipóteses de reserva de vagas (reserva de vagas para candidatos negros e índios e/ou portadores de deficiência) poderão se inscrever concomitantemente para todas as vagas reservadas, aplicando-se o disposto no art. 35 no caso de aprovação.

Art. 47. O candidato cujo enquadramento na condição de hipossuficiente seja indeferido figurará apenas na lista de classificação geral.

Art. 48. Não havendo candidatos hipossuficientes aprovados, as vagas incluídas na reserva prevista no art. 39 serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

## DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 49. Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

I - tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição no concurso, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso);

II - obtiver a maior nota na prova discursiva;

III - obtiver a maior nota na prova objetiva;

IV - comprovar ter exercido a função de jurado (art. 440 do Código de Processo Penal);

V - tiver a maior idade.

## DOS RECURSOS

Art. 50. Admitir-se-á recurso nas seguintes hipóteses:

I - indeferimento da inscrição;

II - indeferimento de pedido de isenção de taxa de inscrição;

III - indeferimento de pedido para concorrer às vagas reservadas por lei;

IV - indeferimento de pedido de condição especial para a realização das provas;

V - gabarito oficial preliminar do concurso;

VI - pontuação preliminar da prova discursiva;

VII - pontuação preliminar da prova de títulos;

Art. 51. Os recursos apresentados nas hipóteses do artigo anterior serão dirigidos e julgados pela comissão constituída pela instituição contratada pelo Tribunal para a realização do certame, na forma prevista no Edital de abertura do concurso.

#### DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

Art. 52. Todos os resultados do concurso, sejam parciais ou finais, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgados no Portal deste Tribunal na rede mundial de computadores.

Art. 53. O resultado final do concurso, apresentado pela instituição a ser contratada pelo Tribunal para a realização do certame, será encaminhado à Comissão Organizadora do Concurso com vistas à homologação pelo Conselho Superior de Administração.

#### DAS CONVOCAÇÕES

Art. 54. Todas as convocações serão feitas por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgado no Portal deste Tribunal na rede mundial de computadores.

Art. 55. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao concurso.

Art. 56. A convocação e nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas por especialidades do cargo de Analista de Controle Externo e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência, a candidatos negros e índios e a candidatos com hipossuficiência econômica, nos termos definidos neste Regulamento e no Edital.

Art. 57. O candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos exigidos neste Regulamento e no Edital será posicionado ao final da lista de aprovados, ensejando a convocação do próximo candidato na lista de classificação.

#### DA COMPROVAÇÃO DA APTIDÃO FÍSICA E MENTAL

Art. 58. A comprovação da aptidão física e mental do candidato será verificada por meio de exames médicos definidos pela Coordenadoria de Serviços Médico-Assistenciais (CMA) do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que poderá, ainda, solicitar ao candidato outros exames complementares, se assim julgar necessário.

Parágrafo único. A avaliação médica de que trata o *caput* será realizada pela equipe médica da referida Coordenadoria de Serviços Médico-Assistenciais (CMA), que emitirá laudo conclusivo sobre a qualificação do candidato e a sua aptidão ao cargo, inclusive no caso de candidato portador de deficiência.

Art. 59. Os exames e documentos necessários à comprovação da aptidão física e mental do candidato serão definidos no Edital de abertura do concurso.

#### DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

Art. 60. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas serão convocados no prazo de validade do concurso, observada a conveniência da Administração e as disponibilidades orçamentárias, para comprovarem o atendimento aos requisitos para a investidura no cargo, por meio da apresentação da documentação a ser especificada no Edital do concurso, sendo posicionado ao final de lista de classificação aquele que deixar de fazê-lo na data determinada para a posse.

Parágrafo único. A análise da documentação será efetuada pela Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) da Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### DA LOTAÇÃO

Art. 61. O servidor investido no cargo de Analista de Controle Externo cumprirá estágio probatório de 3 (três) anos e, durante esse interregno, somente poderá ser lotado nas unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE).

#### DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES

Art. 62. O início do estágio probatório consistirá na participação no Programa de Formação dos Novos Servidores ministrado pela Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cuja finalidade é a integração e ambientação dos novos servidores aprovados no concurso público e o desenvolvimento de competências mínimas necessárias ao início de sua atuação profissional.

Art. 63. A Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro definirá a estruturação, metodologia e carga horária, os requisitos mínimos de frequência e rendimento, as condições de avaliação, de aprovação e de impugnação dos resultados, dentre outros procedimentos necessários à operacionalização do Programa de Formação dos Novos Servidores.

Parágrafo único. Os servidores reprovados no Programa de Formação dos Novos Servidores serão submetidos a processo administrativo, inclusive para fins de avaliação no estágio probatório, com garantia do direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. A Comissão Organizadora do Concurso, constituída pelo Ato Executivo nº 22.528, de 29 de março de 2019, será responsável pela interlocução com a instituição contratada para a realização do certame, com a qual definirá as disciplinas exigidas para as provas.

Art. 65. Fica impedida de participar da organização e da realização do concurso qualquer pessoa que:

I - tenha cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, inscrito como candidato no certame;

II - seja sócio, administrador ou membro do corpo docente de curso de preparação para concursos.

Art. 66. Competem à instituição contratada para a realização do certame as seguintes atribuições:

I - organizar e operacionalizar o concurso em todas as suas fases;

II - analisar os pedidos de gratuidade de inscrição, os pedidos de inscrição para concorrer a vagas reservadas a candidatos com deficiência, a candidatos negros e índios e a candidatos com hipossuficiência econômica, bem como os pedidos de condições especiais para a realização das provas;

III - propor a minuta do edital, inclusive o conteúdo programático individualizado por disciplina, à Comissão Organizadora do Concurso, observadas as disposições deste Regulamento;

IV - elaborar e aplicar as provas e definir os gabaritos;

V - atestar a comprovação dos requisitos pelo candidato que se declarar como portador de deficiência, negro, índio e hipossuficiente, para fins de classificação no concurso;

VI - analisar e julgar os recursos;

VII - elaborar as listas de classificação dos candidatos;

VIII - decidir outras questões que surgirem no decorrer do concurso, nos termos deste Regulamento.

Art. 67. Decorridos 5 (cinco) anos da publicação da homologação do concurso, poderão ser descartados todos os documentos a ele relativos, independentemente de qualquer formalidade ou aviso.

Art. 68. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 69. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019.

**RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**  
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso